



11 DE NOVEMBRO DE 2022 – 08h30min.

Presentes: Presidente João Carlos Gomes, Vice-Presidente Jacir José Venturi, Conselheiros(as) Ana Seres Trento Comin, Carlos Eduardo Sanches, Clemencia Maria Ferreira Ribas, Christiane Kaminski, Décio Sperandio, Fabiana Cristina de Campos, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Flávio Vendelino Scherer, Gilmara Ana Zanata, Maria das Graças Figueiredo Saad, Marli Fernandes Regina da Silva, Marise Ritzmann Loures, Meroujy Giacomassi Cavet, Oscar Alves, Ozélia de Fátima Nesi Lavina, Rita de Cassia Moraes, Silvana Avelar de Almeida kaplum.

I – Expediente

- a) avisos e comunicações;
- b) indicações e proposições.

II – Ordem do dia

- Presença do Senhor Carlos Eduardo Pijak Junior, Secretário Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, o qual fará uma abordagem sobre “Esporte Educacional: instrumentos para utilização do esporte no contraturno escolar de Curitiba”.

III - Outros assuntos

1 A 10.ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, referente a 30.ª (trigésima) Sessão, foi
2 realizada no dia 11 de novembro de 2022, às 08h30min., com a presença dos
3 Conselheiros(as) supracitados e servidores do Conselho Estadual de Educação do
4 Paraná (CEE/PR). Iniciando a Sessão, o **Presidente do CEE/PR**, Conselheiro João
5 Carlos Gomes, agradeceu a presença de todos(as), fez a chamada nominal dos
6 Conselheiros(as) e constatou o número regimental necessário para iniciar a Sessão. Na
7 sequência, justificou a ausência do Senhor Carlos Eduardo Pijak Junior, Secretário
8 Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba que, por motivos particulares, não
9 pode comparecer ao CEE/PR, conforme consta da pauta. Em seguida, informou que na
10 11ª Sessão, no mês de dezembro o CEE/PR receberá duas visitas: a primeira será da
11 Senhora Fátima Anise Rodrigues Ehlert, Presidente do Conselho Estadual de Educação
12 do Rio Grande do Sul; e, a segunda, do Dr. José Antonio Westphalen, médico
13 oftalmologista de Curitiba, com experiência de mais de 30 anos como oftalmologista.
14 Informou também que foi instituída uma Comissão que tratará da delegação de
15 Competências, cujo assunto será apresentado e discutido na próxima reunião do
16 Conselho Pleno. Em continuidade, pediu aos Conselheiros(as), especialmente aqueles
17 que se utilizam da central de viagens para participarem das reuniões deste Conselho, que
18 se programem com antecedência para saber que meio de transporte utilizarão, já que a
19 prestação de contas se encerra dia 12/12/2022, portanto, a documentação deverá ser
20 entregue em tempo hábil. Mencionou que irá participar, na próxima quarta e quinta-feira,
21 do Fórum Estadual Extraordinário Undime/PR/2022 - Gestão da Educação Municipal:
22 planejamento, avaliação e financiamento, em Foz do Iguaçu. Destacou que o Conselho
23 Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR) elegeu, durante a 10.ª Reunião Ordinária de

24 2022, os Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras da Educação Infantil e do Ensino
25 Fundamental (CEIF) e do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível
26 Médio (CEMEP), com base no artigo 10 do Decreto Estadual n.º 5.499, de 03 de agosto
27 de 2012. Na Câmara da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (CEIF) foram eleitas
28 a Conselheira **Ozélia de Fátima Nesi Lavina**, como Presidente; e a Conselheira **Marli**
29 **Regina Fernandes da Silva**, como Vice-Presidente, ambas foram reeleitas para o
30 segundo mandato. Na Câmara do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de
31 Nível Médio foi eleita como Presidente a Conselheira **Christiane Kaminski** e como Vice-
32 Presidente **Gilmara Ana Zanata**. As Conselheiras eleitas disseram que desenvolverão um
33 mandato, nas Câmaras, voltado para um trabalho célere, organizado e comprometido com
34 a educação paranaense, no qual aluno e professor crescem juntos e transformam a
35 sociedade que vivem. Com a palavra o Presidente cumprimentou as Conselheiras eleitas,
36 destacando que foi um ano de bastante trabalho, porém muito produtivo para este Órgão.
37 Ressaltou o importante trabalho das assessorias deste Conselho, bem como as
38 atividades desenvolvidas pelas Comissões, quais sejam: Ensino Religioso, Educação
39 Especial, Avaliação e Termo de Colaboração. Na sequência, passou a palavra ao
40 Conselheiro **Flávio Vendelino Scherer**, Presidente da Comissão do Ensino Religioso, o
41 qual falou que a Comissão está trabalhando, ouvindo a Assintec e diversos líderes
42 religiosos. Informou que a Comissão também estudará o Acordo do Brasil com o Vaticano.
43 Ainda, disse que, após ouvidos os convidados, se necessário será feita consulta ao
44 Conselho Nacional de Educação. Informou também que a Comissão está analisando qual
45 a formação profissional adequada para o Ensino Religioso. Na sequência, a Conselheira
46 **Ozélia de Fátima Nesi Lavina** solicitou a palavra à Presidência e destacou a importância
47 de ouvir o Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe), a União Nacional dos Conselhos
48 Municipais de Educação (Uncme) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de
49 Educação (Undime) a respeito referido assunto. A seguir, o Presidente solicitou à
50 Assessora Técnica **Elza Fagundes da Silva** para informar sobre o andamento do Grupo
51 de Trabalho responsável pelos estudos a respeito dos estudantes do ensino regular que
52 retornam para as escolas da modalidade da Educação Especial, por meio de ações
53 judiciais. O referido GT tem estudado estratégias para viabilizar as ações que priorizem
54 melhor atendimento a esses estudantes. A referida assessora disse que esta ação
55 ocorreu porque vários pais solicitaram ao Ministério Público que os alunos retornassem à
56 Apae. Disse, ainda, que estão sendo ouvidas a Uncme, a Undime e as Federações das
57 Apaes e das escolas especiais do Estado do Paraná. O grupo segue ainda com os
58 estudos até o mês de dezembro, quando está previsto o término dos trabalhos. A Seed
59 ficou responsável pela elaboração da instrução normativa para regularizar o fluxo de
60 estudantes. Ainda sobre esse assunto, o Presidente esclareceu que esse tema começou
61 a ser debatido após a participação das Conselheiras **Ozélia de Fátima Nesi Lavina** e
62 **Naura Muniz Santos** em audiência online com o Ministério Público de Foz do Iguaçu.
63 Relatou ainda que, em conversa com o Dr. Gilberto Giacoia – Procurador-Geral da
64 Justiça, solicitou a este que indicasse dois membros do Ministério Público para comporem
65 o referido grupo. Informou que as reuniões estão sendo realizadas neste CEE/PR a cada
66 quinze dias com as entidades supracitadas. Sobre a Comissão da Avaliação, o
67 Conselheiro **Oscar Alves**, disse que a exemplo da Educação Superior, que iniciou
68 insipiente na avaliação e demorou mais de 40 anos para resultar a Lei do SINAES, a
69 avaliação da Educação Básica, embora esteja prevista na Lei do Plano Nacional de
70 Educação e na Lei Estadual do Plano Estadual de Educação, não tem sido implementada

71 pelos Estados. De modo geral, afirmou que os estados nem sempre se preocuparam com
72 avaliação institucional. Expôs que a avaliação institucional se realiza em três etapas: o
73 diagnóstico, o desenvolvimento ou ato de avaliar (o processo propriamente dito) e a
74 análise dos resultados. O foco da avaliação institucional é a melhoria da qualidade da
75 Educação, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua
76 eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do
77 aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições.
78 Compreende ainda o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político-
79 pedagógico (PPP), infraestrutura e outros aspectos. O instrumento de avaliação da
80 Educação Básica é muito complexo. De acordo com o Conselheiro, não é fácil construí-lo.
81 Tem que haver a participação de todos. Contudo, há o problema do prazo, porque não há
82 modelo. Com a palavra, o Conselheiro **Carlos Eduardo Sanches** expôs que o Sistema
83 Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ganha uma nova perspectiva, a qual
84 passará a ser anual. Trata-se de um sistema de avaliação que reúne avaliações aplicadas
85 em larga escala de forma censitária, a fim de realizar um diagnóstico do estado da
86 educação no Brasil. Disse que no 5º ano, em Língua Portuguesa, a criança precisa
87 alcançar 200 (duzentos) pontos. Na sequência, o Conselheiro **Oscar Alves** sugeriu que o
88 Conselheiro **Carlos Eduardo Sanches** participasse da reunião da Comissão e
89 apresentasse os dados. A Conselheira **Fátima Aparecida da Cruz Padoan** solicitou a
90 palavra e declarou que a Comissão Estadual de Avaliação (CEA) também discutirá os
91 instrumentos. No entendimento do Conselheiro **Oscar Alves**, realmente o Paraná está
92 adiantado nos estudos sobre a construção do Sistema Estadual de Avaliação da
93 Educação Básica. No entanto, no processo de avaliação institucional e de cursos é
94 comum haver uma resistência do professor sobre a autoavaliação. É preciso modificar
95 essa cultura. Demais informações sobre a avaliação serão apresentadas, pelo Presidente
96 da Comissão Mista, Conselheiro Carlos Eduardo Bittencourt Stange, na próxima Reunião
97 Ordinária do Conselho Pleno, em dezembro. Retomando a palavra, o **Presidente do CEE**
98 considerou que o trabalho está bom e que as discussões são enriquecedoras. Disse que
99 as Comissões são constituídas dentro de prazos, com início, meio e fim, e por esta razão
100 é preciso haver uma justificativa para prorrogação de prazo, quando necessário, para a
101 conclusão dos trabalhos. A respeito da Comissão Temporária para estudos referente ao
102 Termo de Colaboração Técnica entre os Sistemas Estadual e Municipal de Ensino do
103 Paraná, o **Presidente do CEE**, informou que foi realizada consulta ao Conselho Nacional
104 de Educação e a referida Comissão aguarda resposta para dar continuidade aos estudos.
105 A Conselheira **Marise Ritzmann Loures** solicitou a palavra e sugeriu levar para a Undime
106 a questão do censo ou recenseamento demográfico que é um estudo estatístico referente
107 a uma população, que possibilita o recolhimento de várias informações, tais como o
108 número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem. A recusa na
109 participação implica em multa. Na sequência, o Conselheiro **Flavio Vendelino Scherer**
110 expôs que a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) está comemorando 25
111 anos da implantação do Programa de Educação Especial e foi reconhecida como
112 Universidade no dia 23/12/1994, portanto, são 28 anos do reconhecimento e estendeu
113 cumprimentos à Instituição. A Conselheira **Ozélia de Fátima Nesi Lavina** disse que a
114 Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfop) promoverá
115 um evento, para o qual ela foi convidada. Sendo assim, o Presidente solicitou ao
116 gabinete a elaboração de ofício indicando-a, e, ainda, destacou a importância da

117 participação do Colegiado em eventos a exemplo deste. Nada mais havendo a tratar, o
118 agradeceu a presença e a colaboração de todos(as) e encerrou a Sessão.

A presente ata é registro fiel do ocorrido na reunião acima identificada e foi lavrada por mim, Claudia Mara dos Santos, Secretária-Geral do CEE/PR, que assino com o Senhor Presidente João Carlos Gomes e os(as) Senhores(as) Conselheiros(as).